

Segregação no acesso ao ensino superior no Brasil: perfil dos ingressantes

Segregation on access to higher education in Brazil: profile of ingressors

Lorena Passos de Souza¹

Luana Passos²

Rosilda Arruda Ferreira³

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o perfil dos estudantes de ensino superior no Brasil, cotejando os cursos de elite com as licenciaturas, de modo a investigar se o acesso ainda é hierarquizado para distintos estratos populacionais. Utilizou-se como metodologia a Análise Descritiva de Dados, buscando as informações no Censo da Educação Superior 2015. Os achados apontam que, contrastando cursos de elite com cursos de licenciatura, há uma prevalência de homens (57%) e brancos (61%), frente a 43% de mulheres e 39% de negros nos cursos de elite. Já nos cursos de licenciatura, embora o componente racial não se destaque, a prevalência é feminina, com 70% dos ingressantes. Portanto, pode-se aventar que, a despeito das iniciativas do governo (PROUNI, REUNI e FIES) tenham sido efetivas na expansão do acesso ao ensino superior, ainda há muito a avançar no processo de democratização.

Palavras-chave: Ensino Superior; Expansão; Democratização; Perfil dos Estudantes.

Abstract: The objective of this article is to analyze the profile of higher education students in Brazil, comparing elite courses with undergraduate degrees, in order to investigate whether access is still hierarchical for different population strata. The descriptive analysis of data and information from the Census of Higher Education 2015 was accessed as a methodology. The findings indicate that contrasting elite courses with undergraduate degrees there is a prevalence in the elite courses of men, 57%, and white 61%, compared to 39% of blacks and 43% of women already in the degree, although the racial component does not stand out, the prevalence is female with 70% of the participants. Therefore, it may be pointed out that despite government initiatives (PROUNI, REUNI and FIES) that have been effective in expanding access to higher education, there is still much to progress in the process of democratization.

Keywords: Higher Education; Expansion; Democratization; Profile of Students.

Introdução

Nos últimos anos, o Brasil vivenciou uma era de expansão do acesso ao Ensino Superior (ES) no bojo de iniciativas do governo federal, tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Essas ações visavam avançar a qualificação profissional no País, expandido o quantitativo de vagas e de cursos nas Instituições de Ensino Superior (IES).

1 Licenciada em Biologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). <http://orcid.org/0000-0002-3577-4984>

2 Doutora (2015-2018) e Mestre (2013-2015) pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense; formada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2007-2012). <http://orcid.org/0000-0002-5470-7349>

3 Possui graduação em Pedagogia (1983) e Mestrado em Sociologia (1988) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (1999).

Essas iniciativas em prol da expansão do acesso ao ensino superior lograram resultados em termos de redução da segregação social, com o avanço do acesso da população pobre, negra e das regiões menos desenvolvidas nessa modalidade de ensino. Não obstante, é importante refletir sobre os limites dessa expansão em relação ao processo de democratização, na medida em que o acesso ainda parece se dar de forma hierarquizada. Um exemplo disso pode ser percebido no fato de que a população mais marginalizada, como negros e pobres, vem ingressando, de modo geral, no ensino superior em IES privadas, que são consideradas de menor qualidade em relação às públicas, e em cursos de menor prestígio social.

Assim, é imperativo ponderar por quais caminhos (tipo de instituição e cursos) tem se dado o maior acesso ao ensino superior no Brasil, de modo a investigar se a expansão é acompanhada de democratização. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar o perfil dos ingressantes no ES no Brasil, cotejando alguns cursos considerados de elite (economia, direito, medicina e engenharias) com as licenciaturas, de modo a inferir se o acesso ainda se dá de modo hierarquizado por curso.

Este artigo encontra-se dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção traz o debate sobre o tema expansão e/ou democratização do ensino superior no Brasil, no período recente. Na segunda, é apresentada a base de dados e a metodologia utilizada. A terceira seção se dedica a traçar o perfil dos estudantes do ensino superior, no ano de 2015, cotejando os cursos de elite com as licenciaturas.

A experiência do Brasil recente no ES: expansão com democratização?

As evidências sobre a segregação social que ainda marca o ES no Brasil tornam premente o debate, devidamente embasado, sobre a experiência recente de adensamento nessa modalidade de ensino.

Uma expansão para ser considerada concreta exige o aumento no número de instituições, número de vagas, de cursos, bem como a ampliação nos turnos, estendendo-se até o noturno. Nas palavras de Ristoff (2012, p. 15), “[...] as características mais importantes dessa expansão são a interiorização e a redistribuição regional – reduzindo a histórica desigualdade na oferta de vagas no ensino superior”.

Aumentar o número de instituições possibilita que haja um acréscimo no número de vagas, consequentemente promovendo mais espaço e oportunidades de acesso, em especial em regiões menos desenvolvidas do País. Além disso, a ampliação dos cursos noturnos torna o ES acessível aos trabalhadores. Ressalte-se que essas ações devem ser acompanhadas de programas de permanência, vez que a expansão promove o acesso, mas precisa, também, combater a evasão nas instituições. Todavia, um processo de expansão por si só não tem a capacidade de determinar as pessoas que ocuparão as novas vagas, instituições e cursos, o que faz necessário ponderar a quem tem atendido esse enérgico processo de expansão. Nas palavras de Silva *et al.* (2016), o simples processo de expansão não dá conta de resolver o problema da democratização. Nesse dilema se sustenta o debate e o contraponto da literatura, na análise do período recente, sobre democratização versus expansão.

Uma democratização efetiva é um processo pelo qual todos os segmentos da sociedade possam povoar o ambiente universitário. O primeiro passo é o aumento do número de vagas, seguido da garantia de permanência aos ingressantes, permitindo-lhes enxergar a possibilidade de conclusão do curso. Logo, democratizar é permitir que seja possível o ingresso no ES de forma proporcional a qualquer pessoa. No

entanto, a proposta de democratização ao qual o governo se propõe restringe-se a permitir que todos os estratos da sociedade possam se ver representados nesse espaço e não necessariamente a universalização do espaço para todos (GOUVEA, 2009; SILVA *et al.*, 2016).

O aumento quantitativo do ES é apenas um lado do processo de democratização, pois uma democratização legítima precisa conseguir romper a estratificação social no acesso aos diversos cursos e universidades. Tendo em mente essa distinção entre expansão e democratização, a literatura não é consensual sobre o que o Brasil vem experimentando. Entusiastas defendem que o País vivencia a democratização do ensino superior; críticos ponderam que o processo se restringe a expansão.

A linha dos entusiastas defende que houve democratização, na medida em que se presencia hoje um maior acesso de negros, e pobres, e que as ações do governo vêm acompanhadas pela preocupação de igualdade dos resultados. Para esse grupo as portas do ES foram abertas para os diversos estratos populacionais, favorecendo aqueles que historicamente estiveram à margem da sociedade. Ademais, o acesso foi expandido para a classe trabalhadora, dado o investimento em cursos noturnos, que historicamente atende a estudantes que precisam conciliar trabalho e estudo (CRAHAY, 2002; OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2010; DUBET, 2015; SOUZA; BRANDALISE, 2017).

Por outro lado, considera-se que não houve uma democratização autêntica, uma vez que os pardos e pretos continuam sendo sub-representados no ES, com percentual de participação muito abaixo do número populacional. Portanto, julgam que as ações do governo não foram suficientes para igualar as oportunidades – elas simplesmente expandiram o espaço universitário. Diante disso, parece factível considerar o experimento de fortalecimento do ES no Brasil como um processo mais de expansão do que de democratização (RISTOFF, 2012; PEREIRA; SILVA, 2010).

Por fim, importante ressaltar que em um País composto por uma população em grande parte negra e pobre, uma legítima democratização não pode passar ao largo da igualdade de oportunidades para esses grupos populacionais. O incremento no número de vagas, cursos e instituições, certamente amplia as chances desse público ocupar esse espaço, sendo, portanto, o processo de expansão o ponta pé inicial da democratização.

Mas, a democratização demanda um acesso não hierarquizado e que a escolha do curso não seja determinada pela condição socioeconômica da família, sexo, cor ou raça, sendo que a composição do perfil dos cursos permite galgar algumas pistas de como tem se dado o acesso a esse nível de ensino. Assim, será contraposto, neste texto, o perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos de elite e o perfil dos que ingressaram na licenciatura no ano de 2015, de modo a averiguar se o acesso ainda aparenta ser hierarquizado.

Metodologia

Esta pesquisa valeu-se da estatística descritiva para investigar o perfil dos ingressantes do ES. A Análise Descritiva de Dados (ADD) permite a organização, a descrição e a síntese dos elementos da base de dados relevantes ao estudo, concedendo um amplo leque de informações. Os resultados serão apresentados através de gráficos e tabelas.

A análise descritiva de dados foi realizada mediante informações provenientes do Censo da Educação Superior de 2015, considerado como mecanismo de pesquisa mais amplo e completo sobre as

IES no Brasil, e é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de forma anual. Assim sendo, esta base de dados é mais adequada para investigar esse fato, pois contém todas as informações sobre o número de vagas oferecidas, matrículas, ingressantes e os concluintes no ES, bem como define variáveis como sexo, raça, categoria administrativa, o que permite traçar um perfil amplo dos ingressantes.

Foram cotejadas informações acerca do perfil daqueles que ingressaram nos cursos de licenciatura, que engloba todas as licenciaturas, como definido pelo Censo, e os que tiveram acesso aos cursos de elite. Para definir a variável elite foram selecionados os cursos de medicina, direito, economia e algumas engenharias, uma vez que, como descrito por Medeiros e Galvão (2016), esses cursos podem ser considerados cursos de elite por oferecerem maiores possibilidades de fazer parte das categorias mais superiores dos rendimentos. A análise centrou-se em comparar informações sobre sexo e raça, no entanto, vale ponderar que foram excluídos do universo trabalhado os amarelos e indígenas, pela baixa taxa de participação, considerando apenas os brancos e negros.

Perfil dos ingressantes

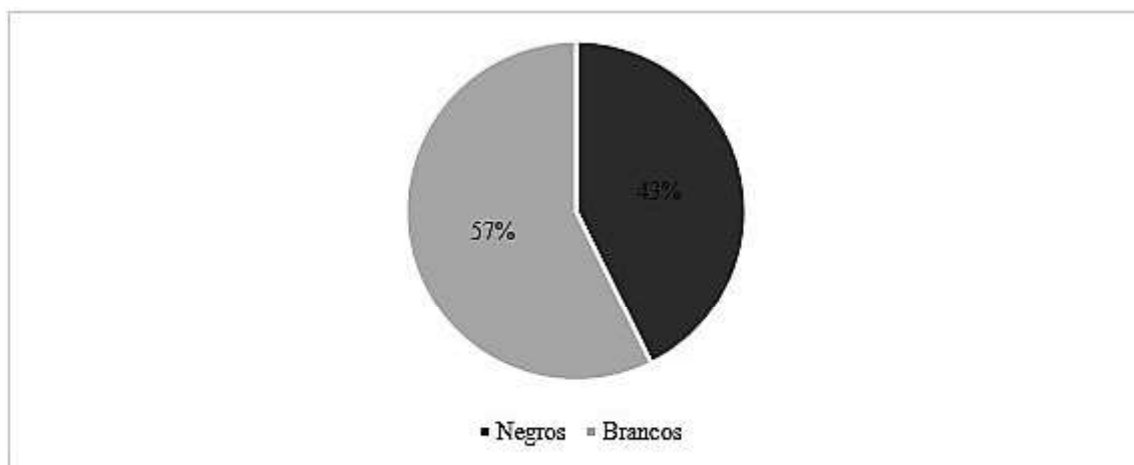
Na sequência serão apresentadas as análises comparativas dos perfis dos ingressantes tomados como referência neste estudo, a saber: a) o perfil geral dos ingressantes no ensino superior; b) o perfil dos ingressantes nos cursos de licenciatura; e, finalmente, c) o perfil dos ingressantes nos cursos de elite. Para a análise dos dados, utilizou-se as variáveis de sexo e raça, nos moldes descritos anteriormente.

Perfil geral dos estudantes

De longa data, o ES é ocupado pela população branca, não tendo havido muitas mudanças nesse cenário. Nota-se que, mesmo com as recentes ações do governo em busca da expansão do acesso, a maioria dos ingressantes no ES, como pode ser visto no Gráfico 1, foram brancos, com 57%, contra 43% dos negros. Portanto, a composição do ensino superior majoritariamente pela população branca destoa da sua presença na população (46% branca e 54% negros, PNAD 2015), ratificando as evidências de uma predominância de pessoas brancas no ES. Mas cabe ponderar, como já observado por Senkevics, Machado e Oliveira (2016), que há uma proporção não desprezível de ingressantes que não declaram sua cor ou raça – para o ano analisado 30% dos ingressantes não declararam a cor.

No que se refere ao sexo, a maioria dos ingressantes no ano de 2015 foram mulheres, 56% contra 44% de homens (Gráfico 2), o que pode ser considerado um avanço para as questões de gênero, dado que as mulheres sempre se encontram em posição desfavorável na sociedade de forma geral. Esse, possivelmente, é um dos poucos indicadores onde as mulheres se sobressaem aos homens. No entanto, olhando a população de mais de 18 anos, conforme a PNAD de 2015, não há indícios de uma predominância feminina, na medida em que a porcentagem de ingressantes no ensino superior se aproxima do valor da proporção de pessoas por sexo (53% mulheres e 47% homens).

Gráfico 1. Proporção de ingressantes no ensino superior por cor. Brasil – 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

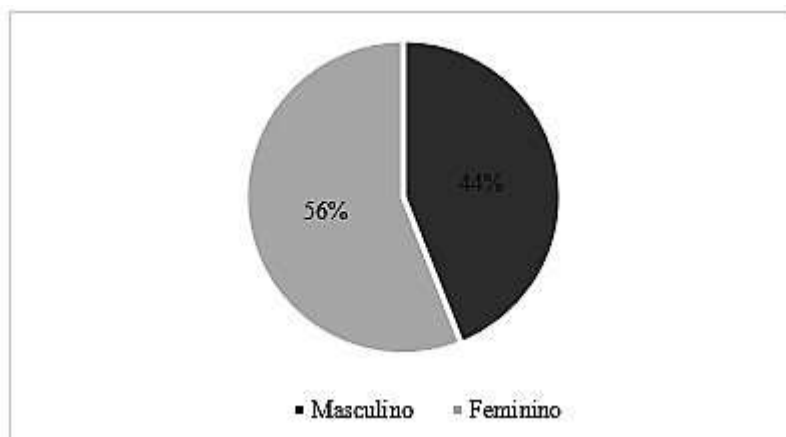
A busca das mulheres por uma maior qualificação é, em muito, uma tentativa de encontrar amparo no mercado de trabalho em situação menos precarizada, além de maior rendimento laboral, o que nem sempre se torna realidade. Contrapondo homens e mulheres com nível superior, percebe-se, no ano de 2015 pelos dados da PNAD, uma diferença salarial expressiva, sendo que as mulheres ganharam 61,25% do rendimento masculino.

Conforme Assumpção (2014), a batalha por equidade de gênero ainda se encontra em curso, sendo as conquistas alcançadas fruto de longa luta feminina por reconhecimento, respeito e por direitos. A mesma autora ainda considera que “[...] gênero e raça constituem marcadores sociais de diferença cuja articulação resulta em exclusão e influência na posição social de mulheres e homens no âmbito da sociedade brasileira.” (ASSUMPÇÃO, 2014. p. 9). Diferença essa que não encontra fundamento biológico, existindo apenas socialmente, como fruto de uma sociedade fincada em princípios patriarcais que estereotipam a função social das mulheres.

Portanto, as diferentes formas de inserção e remuneração das mulheres frente aos homens nas atividades produtivas se assentam na divisão sexual do trabalho e, em seus princípios, conforme Hirata e Kergoat (2007), de separação (com trabalhos que são de homens e outros de mulheres) e hierarquização (um trabalho de um homem tem maior valor que o de mulher).

É importante destacar que os cursos de graduação apresentam três modalidades (bacharelado, licenciatura e tecnólogo), sendo que a escolha por uma dessas está diretamente vinculada à remuneração futura no mercado de trabalho. A maior gama de cursos no ES é de bacharelado, o que deve amparar a escolha da maioria dos ingressantes (67%), no ano de 2015, por essa categoria. Além disso, existe uma tendência à valorização do bacharelado em função do maior status que alguns cursos oferecem, diferentemente do que acontece nas licenciaturas.

Gráfico 2. Proporção de ingressantes no Ensino Superior por sexo, Brasil, 2015.

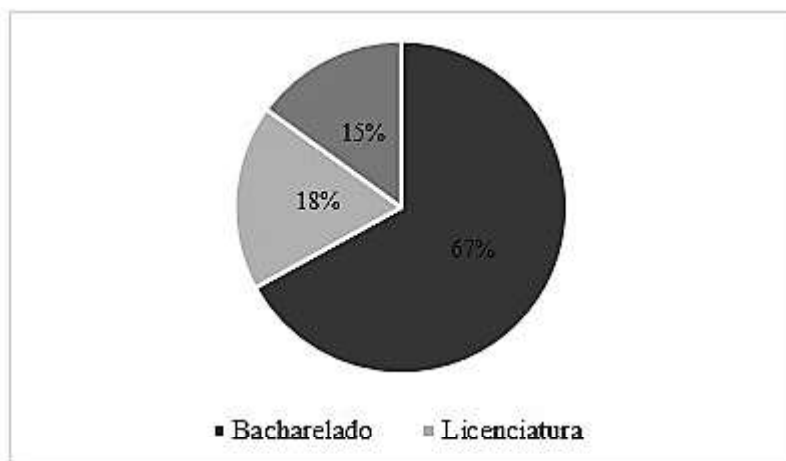


Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

As licenciaturas são marcadas por poucos estímulos profissionais, isso sem mencionar a baixa remuneração. O desprestígio, a carga excessiva de trabalho e a baixa remuneração devem ter destaque no desestímulo à docência, relegando a plano secundário a opção por licenciatura. No ano em tela, a porcentagem de estudantes que optaram pela licenciatura foi de 18%, como mostrado no Gráfico 3.

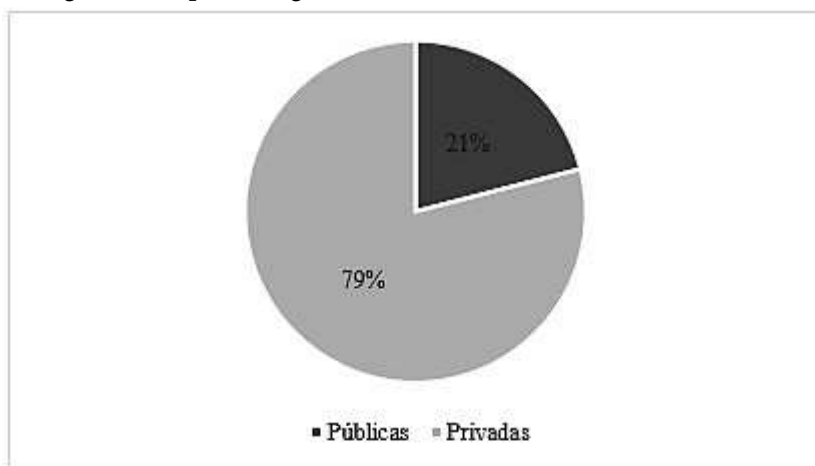
Outra modalidade de ensino são os cursos tecnólogos, com 15% do total de ingressantes. Esses cursos, com duração menor que as licenciaturas e os bacharelados, foram criados com a intenção de atender mais diretamente as demandas emergentes no mercado de trabalho, conforme prevê a Resolução nº 3 de 18 de dezembro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.

Gráfico 3. Proporção de ingressantes por Grau Acadêmico, Brasil 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

Já em relação às categorias administrativas, de acordo com os dados do Gráfico 4, o percentual de ingressantes no ES apresenta uma grande diferença entre a rede pública e a privada. Entre os ingressantes, no ano de 2015, 79% ingressaram na rede privada de ensino e 21% na rede pública.

Gráfico 4. Proporção de ingressantes por Categoria Administrativa, Brasil 2015.

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

Essa prevalência de ingressantes nas IES privadas pode acontecer por diversas razões, dentre elas a facilidade no ingresso, a baixa concorrência entre os interessados em ingressar no ES devido ao grande número de instituições ou à gama de cursos disponíveis, especialmente noturnos. O maior número de alunos que buscam as IES privadas também se deve ao fato de o ensino superior público possuir vagas limitadas, além de muitos cursos integrais, enquanto a rede privada possui muitas vagas ociosas. Nesse cenário de expansão, a alternativa privada se mostrou como o recurso mais vantajoso e eficiente na promoção de oferta de vagas, dado o menor custo frente às instituições públicas e a oferta emergente nessas instituições de cursos voltados às necessidades do mercado.

É válido salientar que a crescente disponibilidade de vagas na rede privada de ensino é, por um lado, benéfica, na medida em que oportuniza aos trabalhadores que necessitam de cursos noturnos cursarem um nível superior. Mas, há de se ponderar a questão da qualidade que não se faz presente em boa parte das instituições privadas, sendo que os profissionais mais qualificados geralmente atuam na rede pública de ensino, em que o acesso é mais restrito dado a limitação de vagas. Ademais, a expansão pela iniciativa privada ocasiona uma quebra na ideia de universidade focada em ensino, pesquisa e extensão, permitindo, assim, que muitos cursos com padrões ínfimos de qualidade sejam criados em IES privadas (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006). Daí que, para Barbosa *et al.* (2016) houve um crescimento muito mais quantitativo do que qualitativo no ensino superior brasileiro.

Outro fato relevante é a idade média dos ingressantes, mostrado na Tabela 1. Os negros tendem a ingressar mais tarde, se comparados aos brancos, 28 e 26 anos, respectivamente, o que pode encontrar fundamento no fato de os jovens negros buscarem a inserção no mercado de trabalho após a conclusão do ensino médio, talvez pela necessidade de ajudar a família, ou por acreditar que este é o único caminho, e só depois se preocuparem em cursar o ES.

Em relação ao sexo, as mulheres tendem a ingressar mais cedo do que os homens, 26 e 27 anos, respectivamente, o que pode ser reflexo também dos preconceitos da sociedade, em que o homem assume papel de provedor. Sendo assim, este busca uma inserção no mercado laboral antes das mulheres.

Tabela 1. Idade Média dos ingressantes por sexo e cor, Brasil 2015.

Homem	Mulher	Negros	Branco
27	26	28	26

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

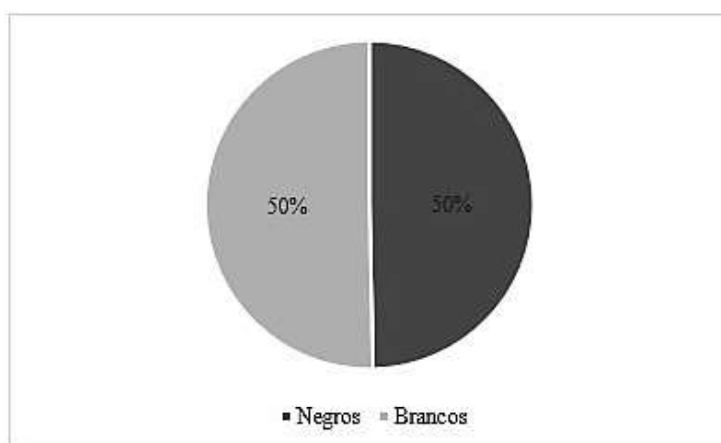
Após apresentar como se deu o ingresso no ano em tela e o perfil dos ingressantes de maneira geral, é importante refletir sobre o perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos considerados de elite (medicina, direito e algumas engenharias) e o perfil daqueles que ingressaram em cursos considerados de menor prestígio, como é o caso das licenciaturas.

Perfil dos ingressantes nos cursos de licenciatura

Os cursos de licenciatura são tidos como de menor prestígio e que oferecem baixa remuneração, sendo, em geral, ocupados por pessoas que cursaram o ensino médio na rede pública de ensino. Os estudantes que escolhem um curso de licenciatura para ingressar na profissão docente tendem a ser de classe socioeconômica desfavorecida (OSHIO; ALMEIDA, 2011), fato que pode ser reflexo tanto das maiores facilidades de inserção profissional que são vislumbradas, como do *background* familiar que acaba condicionando a escolha dos mais pobres pelas licenciaturas, na medida em que, para muitos desses, o acesso a esse nível de ensino só pode acontecer em cursos com menor prestígio. As características das famílias são tidas como uns dos mais relevantes fatores do ciclo intergeracional da pobreza – sua importância no progresso escolar é reconhecida e consolidada nas literaturas teórica e empírica (SOUZA; OLIVEIRA; ANNEGUES, 2018).

Nessa direção, cabe destacar, como mostra o Gráfico 5, que 50% dos ingressantes na licenciatura são negros e 50% brancos. Esse dado, de algum modo, surpreende já que a expectativa era de um maior quantitativo de negros, na medida que os cursos de licenciatura são os de mais fácil acesso, além de serem em sua maioria noturnos, o que possibilita ao estudante conciliar estudo, trabalho e família.

Gráfico 5. Proporção dos ingressantes nas Licenciaturas, por cor, Brasil 2015.

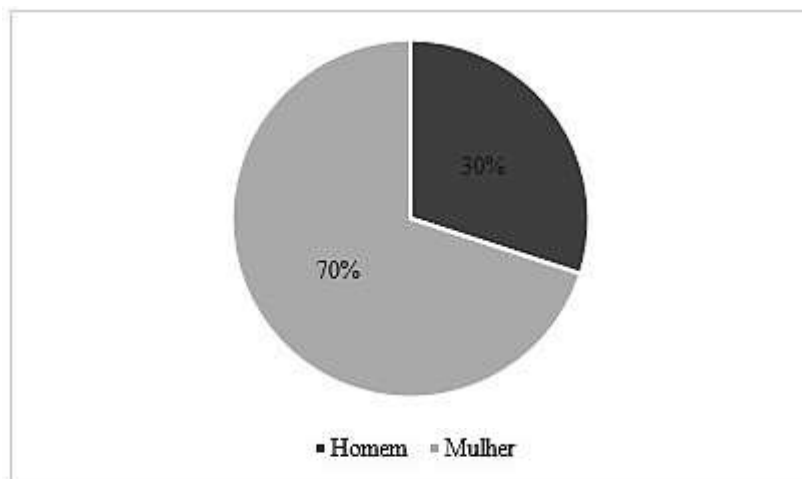


Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

Há uma predominância feminina, com 70% dos ingressantes em cursos de licenciatura, como exposto no Gráfico 6, sendo mulheres. A presença das mulheres na profissão docente não é recente, sendo importante ponderar até que ponto o ingresso nessa carreira é fruto de uma escolha ou uma “imposição” em conformidade com papéis socialmente definidos. A função de educar, e não apenas de lecionar, tradicionalmente recai sobre as mulheres, reforçando o estereótipo que associa as mulheres ao instinto maternal e cuidador. Almeida (1998) afirma que atributos como pureza, doçura, generosidade, que por vezes a profissão docente exige, são considerados características femininas, o que deve amparar a forte presença de mulheres nessa área. “Tal situação é construída socialmente e gera discriminação e segregação” (CADERNOS DE FORMAÇÃO, 2017, p. 22), uma vez que as mulheres ficam restritas a nichos profissionais tradicionalmente reservados a elas, e são excluídas de outros espaços considerados como trabalhos de homens.

De modo geral, a presença das mulheres no mercado de trabalho é maior em nichos relacionados aos estereótipos de gênero, sendo que no ano de 2015 40% das mulheres estavam em atividades relacionadas aos cuidados (educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos).

Gráfico 6. Proporção dos ingressantes nas Licenciaturas, por sexo, Brasil 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

A forte presença das mulheres na licenciatura deve, em muito, amparar a situação mais precária e com menores rendimentos laborais, dado que são cursos com baixo prestígio e pouca valorização no mercado de trabalho. De modo contraditório, já que a licenciatura é o curso que prepara profissionais para a formação de outros profissionais, as licenciaturas são tidas como cursos de menor qualidade, em geral ofertados no noturno, reforçando seu baixo status social.

É importante sublinhar o que aponta Oliveira, Bittar e Lemos (2010), de que o ensino superior noturno possui uma história com muitas nuances. Para os autores, o ensino noturno está associado a uma importante democratização do acesso aos trabalhadores, mas também apresenta condições precárias de ensino, em especial, nas instituições privadas que oferecem o maior número de cursos noturnos.

Em relação à idade dos ingressantes no curso de licenciatura, percebe-se que a entrada dos homens, em especial a dos negros, se dá com uma idade mais avançada, de acordo com a Tabela 2, o que leva à reflexão se a escolha foi a última opção após não conseguir ingresso em outros cursos, e/ou se a idade se

deve ao fato de que, provavelmente, antes de ingressar no ES essas pessoas passaram primeiro pelo mercado de trabalho para angariar condições financeiras para ingressar no ES. Portanto, em que pese boa parte dos estudantes terem atraso na saída do ensino médio, há um *gap* médio de 10 anos entre a idade esperada de conclusão do ensino médio (19 anos) e o ingresso no ensino superior.

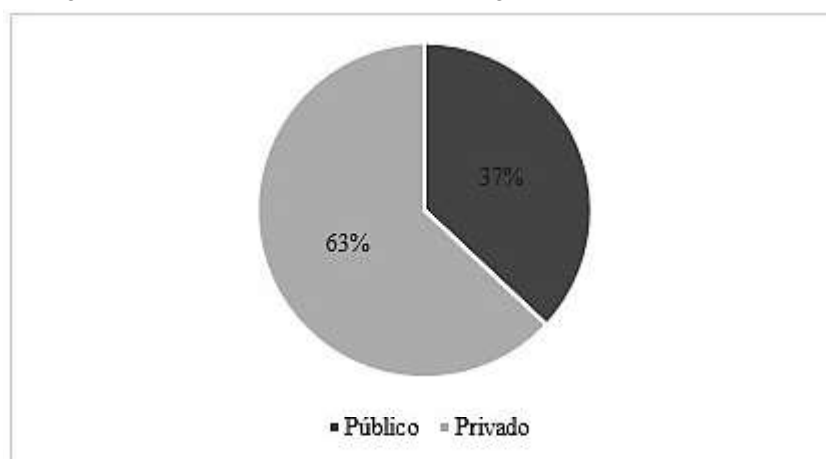
Tabela 2. Idade Média dos Ingressantes por sexo e cor, Brasil 2015.

	Homem	Mulher	Negros	Branços
Licenciatura	28	26	28	27

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

Ademais, é importante analisar o percentual dos ingressantes em licenciatura por categoria administrativa. Na rede privada o percentual foi de 63%, enquanto na rede pública foi de 37%, como demonstrado no Gráfico 7. A consideração desse resultado gera preocupações com relação à qualidade da formação dos professores, na medida em que muitas instituições privadas apresentam baixa qualidade.

Gráfico 7. Proporção de ingressantes nas Licenciaturas por categoria administrativa, Brasil 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

O outro fato que merece relevo é a alta taxa de evasão nas licenciaturas, o que conseqüentemente leva a baixas taxas de conclusão. Para Santana (2016), a evasão é mais significativa entre os estudantes do sexo masculino, embora haja maior presença de mulheres na licenciatura. Segundo o mesmo autor, essa evasão é muitas vezes justificada por desmotivação no curso, pois ao se deparar com a realidade da sala de aula, os estudantes desfazem suas expectativas e, também, pode encontrar amparo na vulnerabilidade social que marca esses estudantes, com muitos deles sendo egressos de escola pública, de famílias pobres e alguns sendo o primeiro da família a ingressar no ES.

Embora as licenciaturas sejam o pilar das diversas profissões, ao ser o curso que qualifica formadores de saberes, sua valorização social e econômica é diminuta. “Os trabalhadores com diplomas na categoria formação de professores e ciências da educação têm chances quase tão baixas quanto àqueles com apenas o ensino secundário” (MEDEIROS; GALVÃO, 2016, p. 19), uma realidade que precisa prementemente ser alterada. O desenvolvimento do País passa por maior valorização e qualificação da área docente, devendo

ser meta prioritária o investimento nessa área. Britto e Waltenberg (2014) relatam que existe um declínio salarial dos professores frente a outros grupos de trabalhadores, sendo os professores mal remunerados, principalmente quando são tomados como referência profissionais com níveis de escolaridade alto.

Os apontamentos das debilidades que hoje marcam a carreira docente no Brasil sinalizam para questionamentos em relação ao processo de democratização do ensino superior, principalmente se for considerado que a população mais pobre pode estar acessando o ES especialmente nessa área. A ausência de informação no censo escolar sobre a condição econômica das famílias dos estudantes inviabiliza uma análise mais contundente desse fato, mas o saber comum aponta para maior presença de pobres na área docente.

O perfil dos futuros professores brasileiros, de acordo com Britto e Waltenberg (2014), é, em grande parte, de estudantes oriundos de famílias com renda familiar mensal inferior a três salários mínimos, que frequentaram escolas públicas e que trabalhavam, quer seja para poder arcar com os custos da faculdade, quer seja para auxiliar na renda da família. O perfil de quem cursa licenciatura é bastante revelador, portanto, do pouco prestígio social e das limitações que marcam a formação docente no Brasil, sendo notório que a população mais vulnerável tem uma maior tendência a ocupar os cursos de licenciaturas frente à população rica e masculina.

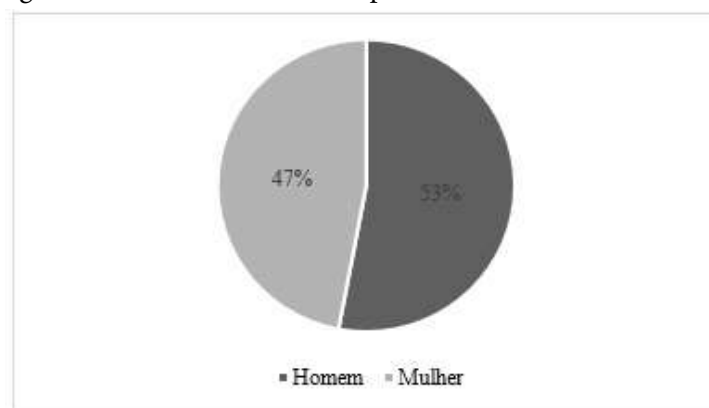
Perfil dos ingressantes nos cursos de elite

Os cursos de elite são, de longa data, ocupados pela classe média e alta, perpetuando o prestígio social e as melhores remunerações para determinado grupo social. O adensamento do acesso ao ensino superior, no período recente, não parece ter alcançado esses cursos, permanecendo a segregação social que exclui pobres, negros e mulheres desse espaço. Os dados de 2015 do censo escolar confirmam essa ponderação, ao elucidarem a hegemonia dos homens brancos nesses cursos.

O Gráfico 8 mostra que os homens representavam 53%, enquanto as mulheres 47% dos ingressantes nos cursos de economia, direito, medicina e engenharias selecionadas, no ano em tela. Ao se ponderar essa informação com as apresentadas no Gráfico 1, indícios surgem de um acesso hierarquizado, na medida em que as mulheres são maioria no ES, mas não nos cursos de elite.

Muito da pior inserção feminina no mercado de trabalho frente aos homens deve se amparar na segregação ocupacional, o que desponta a demanda por ações que possibilitem a equalização de oportunidades entre homens e mulheres. Normalmente, a segregação ocupacional acontece quando as mulheres recebem um salário menor, comparado ao dos homens, nas mesmas ocupações. Mesmo com o avanço das mulheres frente aos homens em educação, não houve um aumento salarial na mesma proporção. Nesse caso, a diferença salarial tem uma relação direta com a questão de gênero, uma vez que no Brasil a maior parte da desigualdade de renda entre homens e mulheres não é explicada pelas características produtivas (MEDEIROS; GALVÃO, 2016; PASSOS; MACHADO; KERSTENETZKY, 2018). Ao que parece, os programas que visaram a expansão do ensino superior foram capazes moderadamente de promover inclusão, permanecendo ainda a segregação na formação profissional.

Gráfico 8. Proporção dos ingressantes nos cursos de Elite por sexo, Brasil 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

Em relação aos negros, percebe-se que, apesar de terem galgado espaço nesse nível de ensino, outrora quase inalcançável, representam apenas 39% dos ingressantes em cursos de elite, como pode ser observado no Gráfico 9. Sendo assim, entende-se que os cursos de menor prestígio são ocupados por uma maioria composta por negros e mulheres, e os cursos de alto prestígio, por uma maioria branca e masculina, perpetuando as desigualdades que marcam o Brasil.

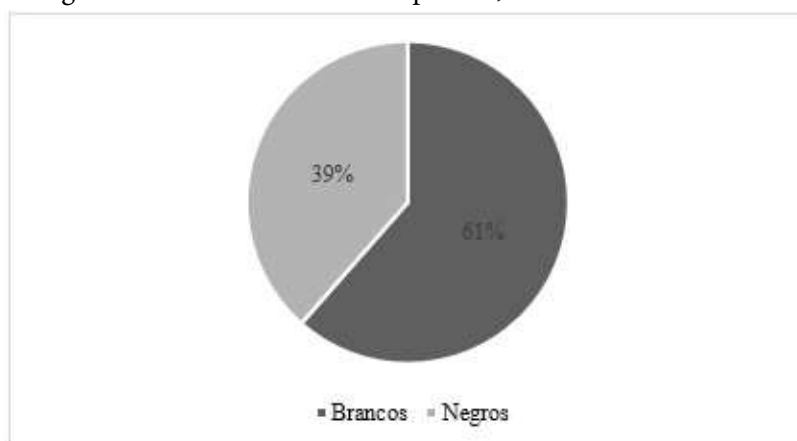
Não se pode negar que a população negra sempre se encontrou marginalizada na sociedade. Por conta disso, quando se trata de educação, a militância negra sempre foi atuante, principalmente por considerar que encontrar espaço na educação corrobora com o enfrentamento das desigualdades raciais no país. Embora ainda haja desigualdades raciais na educação, os indicadores educacionais mostram que as políticas afirmativas têm aberto espaço para estes grupos (LIMA, 2010). As ações afirmativas podem ser entendidas como condutas compensatórias, com a intenção de amenizar a discriminação sofrida por determinados grupos sociais (SILVA FILHO; CUNHA, 2014). Ações que podem ser consideradas de grande valor para romper as divergências nas oportunidades e promover a democratização do ensino.

Todavia, cabe ponderar que sem acesso aos cursos com melhor inserção e remuneração no mercado de trabalho não se altera a marginalização social que marca negros e mulheres na sociedade. Para esses grupos, a renda laboral é o caminho para promoção da dignidade e bem-estar. Medeiros e Galvão (2016, p. 8) concluem que “[...] a educação de elite aumenta as chances de um indivíduo pertencer ao 1% mais rico, porém não há evidência de que a educação seja um dos principais fatores que explicam a riqueza no Brasil”.

É evidente que em um país dito democrático, a universidade precisa romper o elitismo a partir do qual foi gerada e incorporar-se num projeto nacional de forma a propiciar acesso às diversas populações que compõem o País, alterando as universidades brasileiras para transformá-las em universidades do povo, para o povo e pelo povo (RISTOFF, 2003).

Outro aspecto que merece relevo é o ingresso pela via pública ou privada. O número de ingresso na rede privada foi expressivamente maior do que na rede pública, com 88% para os primeiros e 12% para os últimos (Gráfico 10). Por outro lado, a maior presença de cursos de elite em instituições privadas também reforça a desigualdade de acesso e oportunidades, dado que o elevado investimento necessário para ingressar nesses cursos exclui a população mais pauperizada. Sendo assim, os que podem arcar com os custos, e não conseguiram acesso ao ensino público, podem ingressar nas melhores universidades privadas, garantindo seu espaço no mercado de trabalho e perpetuando as desigualdades.

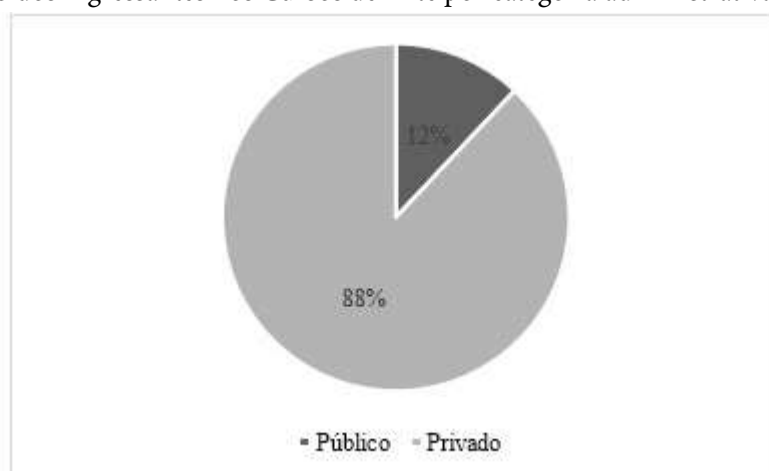
Gráfico 9. Proporção dos ingressantes nos cursos de Elite por cor, Brasil 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

Diante do cenário em tela, é possível inferir que a expansão no ensino ainda é canhestra para os negros e as mulheres, já que persistem as barreiras para o acesso aos cursos de alto prestígio que, conseqüentemente, oferecerão melhores remunerações laborais. O acesso, portanto, continua sendo hierarquizado. Considera-se que a entrada nas universidades, nos cursos mais concorridos, continua sendo um privilégio de pequenas parcelas da sociedade.

Gráfico 10: Quantitativo dos ingressantes nos Cursos de Elite por categoria administrativa, Brasil 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

A idade média dos ingressantes nesses cursos – medicina, direito e algumas engenharias – também refletem uma hierarquização, uma vez que nesses cursos os negros, quando conseguem, são com idade maior do que os brancos, 28 e 26, respectivamente, exposto na Tabela 3. A maioria dos brancos, que provavelmente tiveram maiores e melhores oportunidades no processo de aprendizagem, leva vantagem no momento do ingresso.

Tabela 3. Idade Média dos Ingressantes por sexo e cor, Brasil 2015.

	Homem	Mulher	Negros	Branco
Cursos de Elite	27	26	28	26

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior 2015.

Em relação ao sexo, as mulheres ingressam com menor idade, o que leva à mesma reflexão feita no perfil geral, podendo ter relação com o fato de os homens preocuparem-se em conseguir espaço no mercado de trabalho, enquanto as mulheres, na tentativa de uma inserção menos precarizada no mercado, optam por obter uma maior qualificação. No entanto, cabe ponderar que não há uma diferença expressiva em relação à idade de ingresso nas licenciaturas e nos cursos de elite, o que leva à reflexão de que no Brasil as pessoas entram na universidade já na idade adulta, de modo independente do curso. A não universalização desse nível de ensino deve amparar o fato de não ser automática a saída dos jovens do ensino médio e a entrada no ensino superior.

Ademais, diante do exposto, quando se trata dos cursos de elite pode-se pensar, em certa medida, em masculinidades não hegemônicas em se tratando da população negra. Os dados atuais mostram que os homens negros têm uma entrada tardia nos cursos de elite frente às mulheres, e são minoria frente aos brancos. O fato pode ser reflexo da própria divisão sexual do trabalho, na qual socialmente tem sido designado aos homens a provisão financeira da família, afastando-os de maior tempo para educação e, também, do preconceito racial que precariza e desvaloriza o trabalho e a posição social dos negros.

Considera-se que houve um importante acréscimo no quantitativo de estudantes, porém não é possível definir essa expansão como um movimento de democratização do ensino superior brasileiro (PEREIRA; SILVA, 2010). O que parece ter havido foi uma expansão com certa inclusão de grupos outrora marginalizados, mas que ainda não se configura uma plena democratização na medida em que não há uma livre escolha do curso. A escolha profissional não ocorre, em sua maioria, por vocação ou expectativas futuras de remuneração, ainda estando condicionada a fatores socioeconômicos, o que aponta para um acesso hierarquizado ao ensino superior, sendo imprescindível novas pesquisas que aprofundem essas análises.

Considerações finais

Os dados analisados a partir das informações do Censo da Educação Superior 2015 permitem inferir que houve uma mudança no perfil dos estudantes do ES no País, na medida em que uma parcela importante de mulheres e da população negra ocupa hoje esse espaço. Porém, cabe ponderar que a expansão presenciada nos últimos anos, embora seja um grande avanço social, não parece ter sido acompanhada por um processo pleno de democratização, dado que o acesso ao ES pela população mais vulnerável ainda ocorre em cursos específicos.

Ainda conforme o Censo da Educação Superior 2015, em cursos de elite (medicina, direito e engenharias) constatou-se uma menor presença de negros e mulheres (39% e 47%, respectivamente), o que leva a inferir que os mesmos têm encontrado espaço no ES em nichos específicos, e em cursos de menor prestígio, tais como as licenciaturas, onde os negros representam 50% e as mulheres 70%.

Considera-se que a expansão do acesso ao ensino superior no País, ainda que tenha sido uma iniciativa de grande importância, não foi o suficiente para equalizar oportunidades, ao verificar-se uma

diminuta presença de negros e mulheres em cursos de elite, o que fragiliza conclusões sobre um autêntico processo de democratização dessa modalidade de ensino. Assim, negros e mulheres têm acessado o ES, mas nos cursos menos valorizados, o que, em certa medida, pode estar perpetuando uma inserção laboral mais precarizada, com prejuízos para a equidade de oportunidades entre os diversos contingentes populacionais.

Pontua-se que os programas do governo foram efetivos na promoção da expansão do acesso. No entanto, ainda não se presenciou uma democratização genuína, em que negros e mulheres tenham a liberdade de escolher livremente o curso em que desejam ingressar. Pode-se considerar, portanto, que os avanços, foram insuficientes para alçar a universalização dessa modalidade de ensino, demandando a continuidade das políticas de democratização do ES.

Referências

- ASSUMPÇÃO, A. S. B. M. A mulher no ensino superior distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, n. 6, jul./dez. 2014.
- ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1998.
- BARBOSA, C. L. *et al.* **Educação superior brasileira: expansão e contradições (2003 – 2014)**. Paraíba, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/lorii/Dropbox/TCC/Artigos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20SUPERIOR%20BRASILEIRA%20EXPANS%C3%83O%20E.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- BRASIL.MEC.CNE/CP. Resolução nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020
- BRITTO, A. M.; WALTENBERG, F. D. *É atrativo tornar-se professor do ensino médio no Brasil? Evidências com base em composições paramétricas e não paramétricas*. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 5-44, mar. 2014.
- CADERNOS DE FORMAÇÃO. Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica. **Caderno 3: As mulheres e o mercado de trabalho**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno-3-web.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.
- CRAHAY, M. **Poderá a escola ser justa e eficaz?** Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- DUBET, F. Qual democratização do ensino superior? **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-266, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792015000200255&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 jul. 2018.
- GOUVEA, A. P. **Acesso e permanência nos cursos de graduação da UFRJ: o Centro de Filosofia e Ciências Humanas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estud.** – CEBRAP [online], São Paulo, n. 87, p.77-95, 2010.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior 2015**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/Notas_Estatisticas_Censo_Superior_2015.pdf. Acesso em: 8 jul. 2018.
- MEDEIROS, M; GALVAO, J. C. Educação e rendimentos dos ricos no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 357-383, jun. 2016.
- OSHIO, M. S.; ALMEIDA, P. C. A. Estudantes de licenciatura: Quem são? O que esperam da formação inicial e da docência como profissão? *In: VII Jornada de Iniciação Científica. Anais [...]*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, set. 2011. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/publicacoes/2011/pdf/ped/mary_oshio.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.
- OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M.; LEMOS, J. R. **Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade**. São Paulo: ANPAE, 2010.
- PASSOS, L.; MACHADO, D. C.; KERSTENETZKY, C. L. Diferença salarial de gênero no Brasil: um contraponto entre o setor público e privado. *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais – XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais [...]*. Poços de Caldas, 2018, p. 1-20.
- PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. S. C. As políticas públicas do ensino superior no governo lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 10-31, jul.-dez. 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/16316/10573>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>. Acesso em: 5 jul. 2018.
- RISTOFF, D. I. Algumas definições em avaliação. *In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. (orgs.). Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate*. Florianópolis: Insular, 2003. p. 21-34.
- RISTOFF, D. Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 3, jan.-jun. 2012.
- SANTANA, O. A. Evasão nas licenciaturas das universidades federais: entre a apetência e a competência. **Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 2, p. 311-327, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/20199/pdf>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- SENKEVICS, A. S.; MACHADO, T. S.; OLIVEIRA, A. S. A cor ou raça nas estatísticas educacionais: uma análise dos instrumentos de pesquisa do Inep. **Série Documental INEP**, v. 41, p. 1-48, 2016.
- SILVA FILHO, P.; CUNHA, E. O. As políticas de ações afirmativas na educação superior no Brasil sob a ótica da equidade. *In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação/VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação. Anais [...]* Porto-Portugal, abril, 2014. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/Penildon SilvaFilho_GT2_Integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/Penildon%20SilvaFilho_GT2_Integral.pdf). Acesso em: 4 jul. 2018.
- SILVA, R. M. S. *et al.* Democratização do ensino superior e suas implicações na prática docente. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana, GEPIADDE, a. 10, v. 22, n. 22, set.- dez. 2016.
- SOUZA, A. C.; BRANDALISE, M. A. T. Política De Cotas E Democratização Do Ensino Superior: A Visão Dos Implementadores. **Rev. Inter. Educ. Sup.**, Campinas, SP, v. 3, n. 3 p. 515-538, set./dez. 2017 Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650621/16834>. Acesso em: 3 de jul. 2018.
- SOUZA, W. P. S. F.; OLIVEIRA, V. R.; ANNEGUES, A. C. Background familiar e desempenho escolar: uma abordagem não paramétrica. **Pesquisa e Planejamento Econômico – ppe**, v. 48, n. 2, ago. 2018.